



## Reconquista da Frente Ribeirinha de Lisboa

**Manuel Salgado**  
Câmara Municipal de Lisboa  
[dmprgu.dpru.dpeu@cm-lisboa.pt](mailto:dmprgu.dpru.dpeu@cm-lisboa.pt)

A requalificação da frente ribeirinha de Lisboa foram recentemente impulsionadas por uma série de medidas governamentais e pela nova abordagem estabelecida nas Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário, que abriu portas a uma maior intervenção do Município na definição e gestão deste território.

Simultaneamente, assistiu-se a um reforço da cooperação institucional entre Câmara Municipal de Lisboa e a Administração do Porto de Lisboa, S. A., que se traduziu na identificação de áreas prioritárias de intervenção para as quais foram definidos projetos que vêm contribuir para o reforço da relação cidade-rio-porto designadamente: Parque Ribeirinho Oriente, Cais de Santos, Doca de Pedrouços e Área Histórica Ribeirinha da Baixa Pombalina.

### **Keywords**

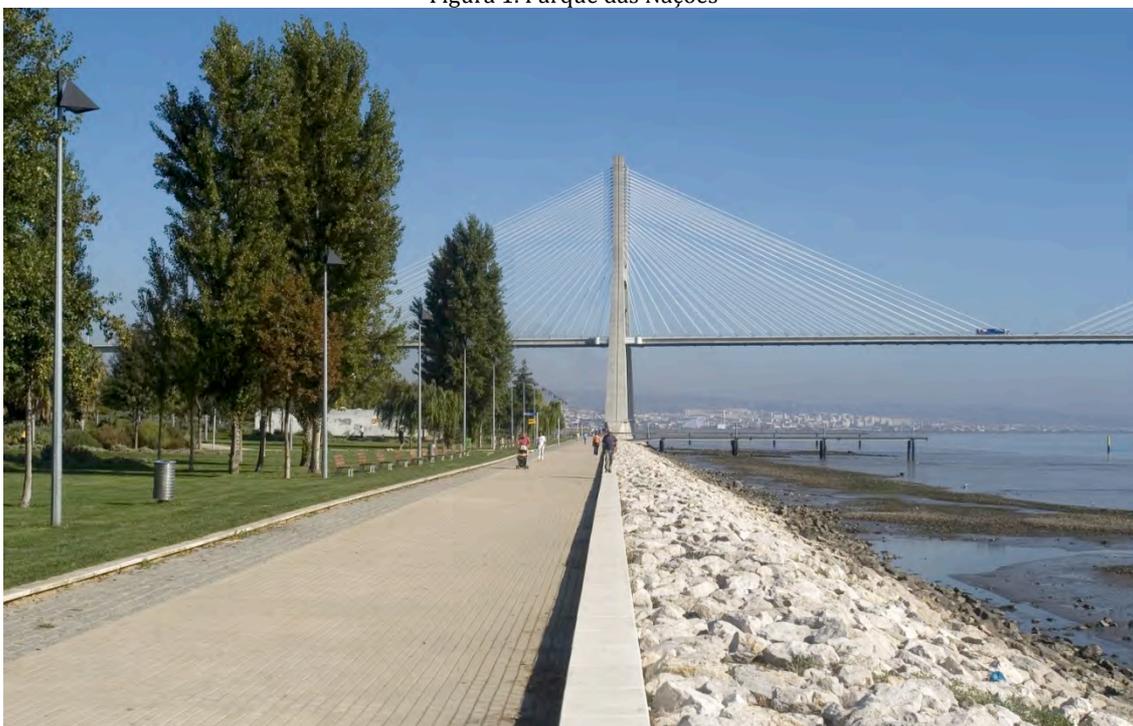
**Lisboa; Frente Ribeirinha de Lisboa; Cidade Portuária;  
Portugal**

# Reconquista da Frente Ribeirinha de Lisboa

A relação de Lisboa com o Rio remonta à sua origem, sendo impossível dissociar a história da cidade da sua posição estratégica na foz do Tejo. Contudo, a vocação portuária da cidade definiu e condicionou, durante um longo período de tempo, o contacto dos seus habitantes com a frente ribeirinha, acentuando a barreira entre o rio/porto e a cidade.

A reorganização das actividades portuárias, respondendo às necessidades emergentes da especialização funcional e concentração de operações, a par da transferência de algumas actividades para outros portos, libertou entretanto do sistema industrial portuário vastas áreas ribeirinhas potenciando a sua reconversão e novas oportunidades de fruição da margem do Tejo. É exemplo deste facto a requalificação urbanística e ambiental da zona oriental da cidade proporcionada pela realização da EXPO'98, e que hoje constitui o Parque das Nações.

Figura 1. Parque das Nações



A valorização e a revitalização da frente ribeirinha da cidade de Lisboa foram recentemente impulsionadas por uma série de medidas governamentais estabelecidas no quadro de operações de requalificação e reabilitação de áreas urbanas e no âmbito das comemorações do primeiro centenário da implantação da República.

Simultaneamente, a nova abordagem estabelecida nas Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário relativamente às áreas integradas no domínio público do Estado sob jurisdição das autoridades portuárias em que não se verifica ou prevê o desenvolvimento de actividades portuárias ou conexas abriu portas a uma maior intervenção dos Municípios e Associações de Municípios na definição e gestão das frentes ribeirinhas.

A valorização ambiental, paisagística e cultural da frente ribeirinha da cidade assumiu-se, assim, como um dos projectos estratégicos do Município, beneficiando decisivamente do

espírito de cooperação institucional entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A. (APL), no sentido de definir uma estratégia de integração territorial de áreas portuárias e espaços urbanos ribeirinhos com outros usos.

A concertação estratégica entre Estado/APL e a CML para a gestão da faixa ribeirinha da cidade traduziu-se na assinatura, a 28 de Janeiro de 2008, do Protocolo de Intenções entre o Estado Português e o Município de Lisboa relativo à Frente Ribeirinha de Lisboa, onde se estabeleceu a forma de transição de um conjunto de áreas, atualmente sem efetivo uso portuário, e sob jurisdição da APL, passando a sua gestão para a autarquia. O documento reforça ainda a intervenção do Município através da gestão partilhada de áreas em que reconhecidamente a utilização portuária não é exclusiva.

Com a aprovação da Resolução do Conselho de Ministros nº 87/2009, de 18 de Setembro, e da deliberação da Assembleia Municipal de Lisboa de 26 de Janeiro de 2010, concretizou-se o processo de transferência dominial subjectiva do Estado para o Município de Lisboa das seguintes áreas: envolvente da Torre de Belém; área entre o Hotel Altis e o Padrão dos Descobrimentos; Terraplino da Junqueira; Cais do Sodré; Ribeira das Naus; Matinha.

Figura 2. Pedrouços / Praça do Comércio

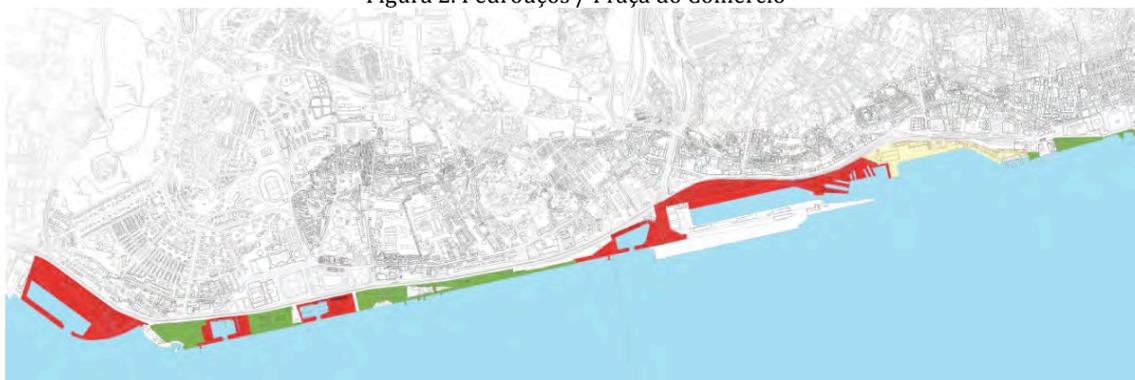
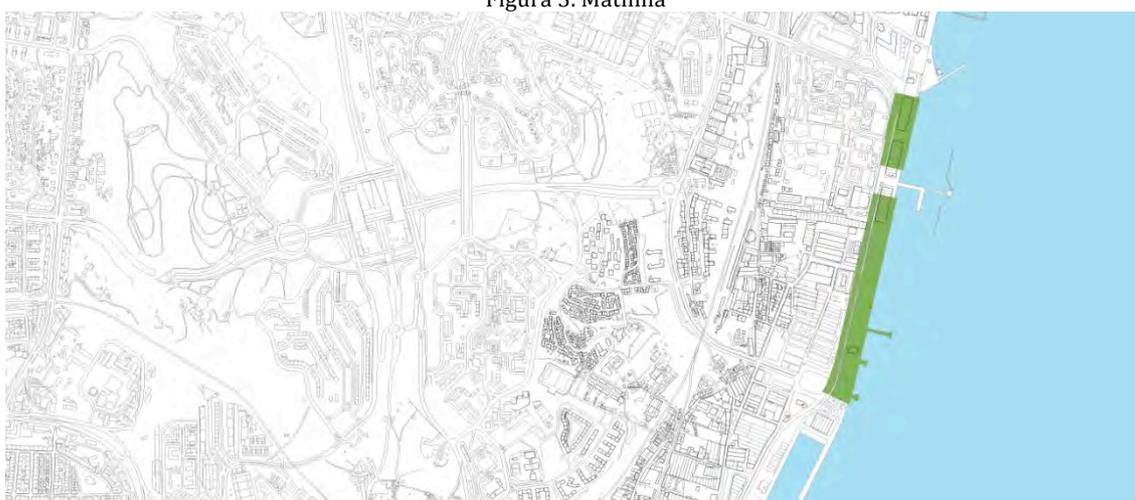


Figura 3. Matinha



- Áreas sem qualquer utilização portuária atual ou prevista
- Áreas sem utilização portuária exclusiva reconhecida
- Áreas em estudo

A definição de usos e vocações dos espaços urbanos ribeirinhos e a sua delimitação precisa, fundamentais para o desenho de uma estratégia de planeamento, permitiram à CML apresentar a 21 de Junho de 2008 o Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha de Lisboa. Através deste Plano fez-se uma análise urbana e estruturaram-se conceitos estratégicos de intervenção com o objectivo de integrar e operacionalizar, de forma coerente, os projectos e ideias para a frente ribeirinha de Lisboa. A estratégia de intervenção definida no Plano baseou-se no desenho de uma imagem global do espaço ribeirinho, respeitando a sua unidade funcional e paisagística, contrariando o seu isolamento em relação à cidade e recuperando a sua centralidade enquanto espaço público de cultura, lazer e recreio.

O plano delineado permitiu, identificar áreas prioritárias de intervenção e lançar uma série de projectos que vêm contribuir para o reforço da relação cidade-rio-porto: Parque Ribeirinho Oriente, Cais de Santos e Doca de Pedrouços. Estes projectos vêm juntar-se à estratégia governamental de requalificação da área histórica ribeirinha da Baixa Pombalina.

## Parque Ribeirinho Oriente. A Extensão Sul do Parque das Nações

Figura 4. Documento Estratégico Parque Ribeirinho Oriente



A área do Parque Ribeirinho Oriente localiza-se na freguesia de Marvila, na zona da Matinha, Braço de Prata e Doca do Poço do Bispo. A área desenvolve-se na frente rio orientada a nascente, numa extensão de cerca de 1,5 km lineares, entre o canal ferroviário norte-sul e o sistema húmido principal das margens do Tejo, com o total de 159500 m<sup>2</sup>.

Pretende-se que o programa para esta área represente o paradigma de um novo tipo de parque urbano que traduz a necessidade de “levar” a natureza, o rio e a sua faixa de contacto com a cidade aos habitantes de Lisboa, através de uma reflexão global e integradora enquanto parte de uma unidade funcional e paisagística mais vasta - o estuário do Tejo.

Figura 5. Frente Ribeirinha da Matinha



É intenção que o parque afirme as seguintes opções programáticas:

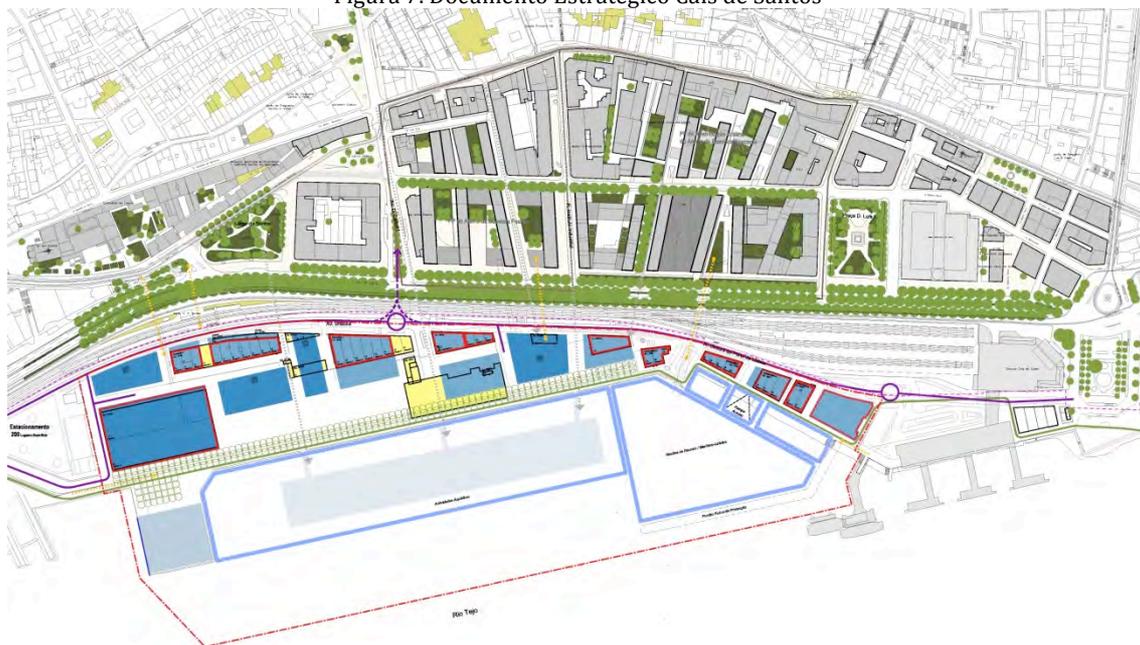
- integrar o parque na estrutura ecológica municipal;
- concretizar o sistema contínuo de mobilidade pedonal e ciclável ao longo de toda a frente ribeirinha;
- estabelecer a articulação formal, visual e funcional com espaços urbanos envolventes;
- criar condições para uma oferta diversificada de espaços, actividades e usos de lazer e desportivos;
- integrar o topo montante da Doca do Poço do Bispo, potenciando a sua participação no espaço público do parque.

Figura 6. Proposta Parque urbano Matinha



## Cais de Santos. A Ligação ao Rio dos Bairros Históricos da Cidade

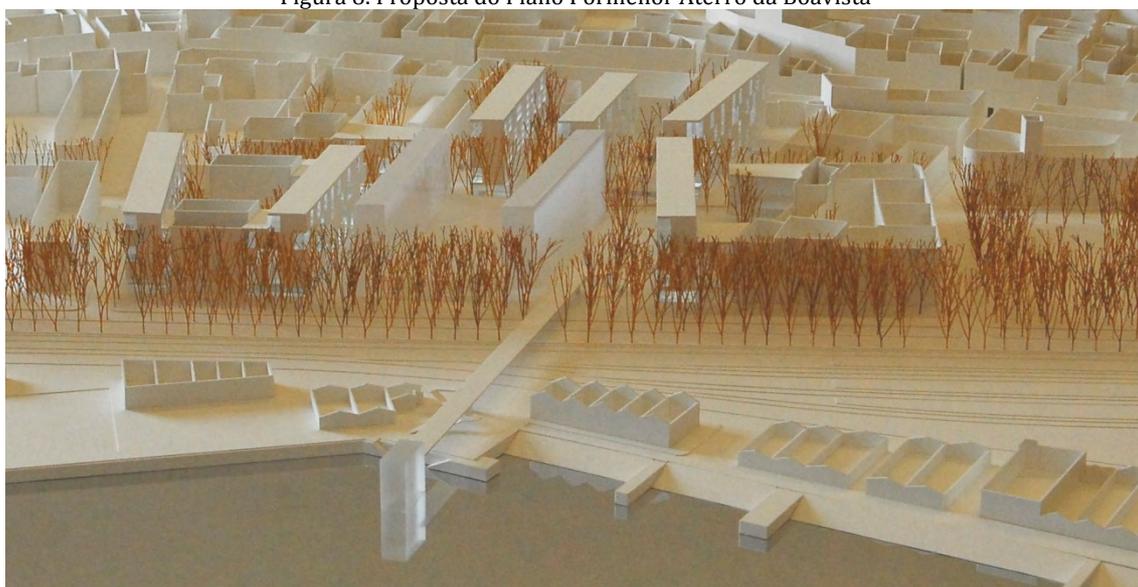
Figura 7. Documento Estratégico Cais de Santos



A área da intervenção do Cais de Santos, delimitada a norte pela R. de Cintura do Porto de Lisboa e a sul pelo Rio Tejo, localiza-se nas freguesias de Santos-o-Velho e São Paulo, abrangendo uma área total com cerca de 225470 m<sup>2</sup>, da qual, cerca de 93320 m<sup>2</sup> estão localizados em terra.

A intervenção nesta área incide em particular sobre duas vertentes distintas, mas complementares, com o objetivo de funcionarem de modo integrado. A primeira vertente, prende-se com a reorganização da malha urbana existente e a sua integração na cidade. A segunda vertente, refere-se à criação de espaços públicos com características que possibilitem o usufruto, a estadia e o lazer.

Figura 8. Proposta do Plano Pormenor Aterro da Boavista

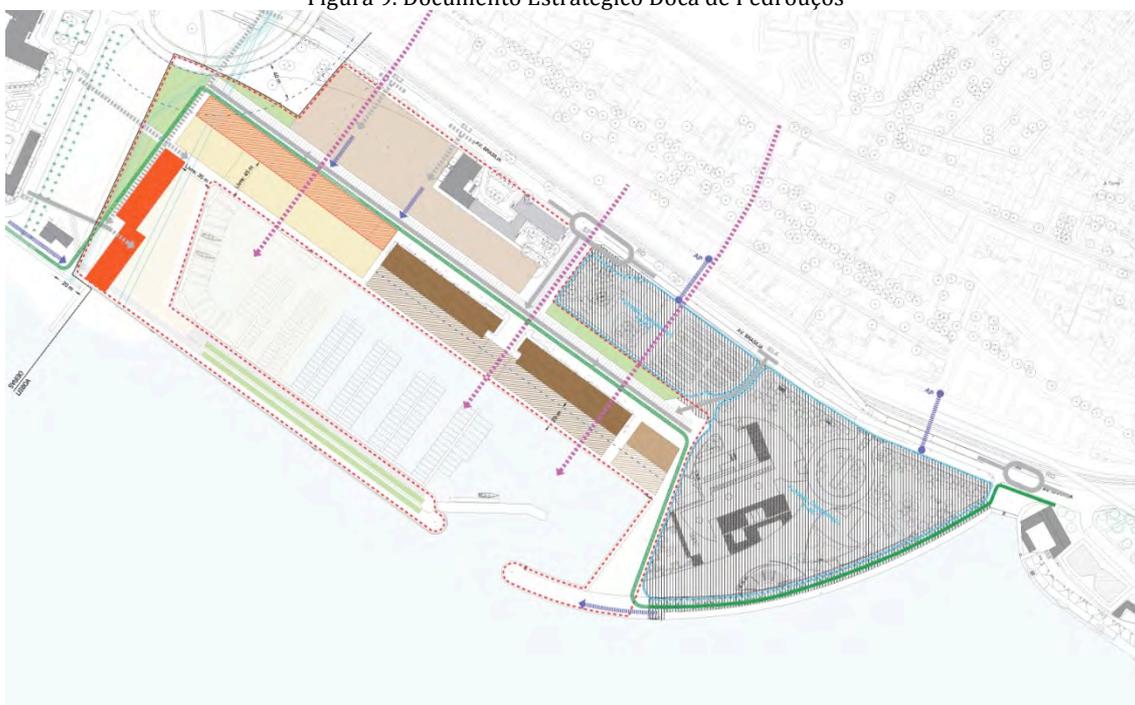


As duas vertentes concretizam-se nos seguintes objectivos:

- requalificar uma zona, atualmente desqualificada, conferindo-lhe características urbanas de qualidade para o usufruto dos cidadãos;
- dotar de Lisboa de um espaço de lazer, junto do rio e próximo dos pólos culturais e históricos da cidade;
- reestruturar urbanisticamente toda a faixa a sul da Av. Brasília/R. da Cintura do Porto de Lisboa;
- dar continuidade ao sistema de mobilidade pedonal e ciclável no sentido poente/nascente;
- estreitar as relações funcionais e visuais com a frente de rio, através da malha urbana, entre a cidade e a zona ribeirinha.

## **Doca de Pedrouços. A Porta Ribeirinha Poente de Lisboa**

Figura 9. Documento Estratégico Doca de Pedrouços



A área da Doca de Pedrouços localiza-se na freguesia de Santa Maria de Belém e abrange cerca de 125000 m<sup>2</sup>. Toda a zona era ocupada até ao início de 2012 por edifícios de carácter industrial, em grande parte sem utilização, e sem manifesto interesse arquitetónico entretanto demolidos, com excepção para o “Edifício da Lota” da década de 60, que pela sua relação singular com a doca se pretende requalificar.

O programa de reconversão incide em particular sobre duas zonas distintas, mas que se complementam, funcionando de modo integrado. A primeira zona, constitui toda a frente da doca e inclui a área destinada para a futura marina de recreio da Doca de Pedrouços, que integrará as valências necessárias para a realização de grandes eventos nacionais e internacionais de vela oceânica. A segunda zona é constituída pela faixa ao longo da Av. Brasília e os remates com os extremos nascente e poente. Trata-se de uma área destinada às acessibilidades, estacionamento público, espaços verdes e construção nova.

Os objectivos propostos para a área pretendem contribuir para:

- requalificar uma zona atualmente desqualificada, conferindo-lhe características que perdurem no tempo;

- dotar Lisboa de uma marina de recreio e respetivas infraestruturas com condições para receber importantes eventos nacionais e internacionais de vela oceânica e grandes embarcações de recreio;
- reorganizar urbanisticamente a faixa norte da área de intervenção em contacto com a Av. Brasília, ao nível dos usos, dos equipamentos, das acessibilidades e dos espaços verdes;
- dignificar a integração paisagística e urbana da Torre de Belém, retirando os viadutos metálicos de ligação entre a Av. de Brasília e a Av. da Índia;
- estabelecer a articulação formal e funcional com os espaços exteriores públicos reconvertidos no âmbito das operações contíguas, em particular, as áreas envolventes da Fundação Champalimaud.

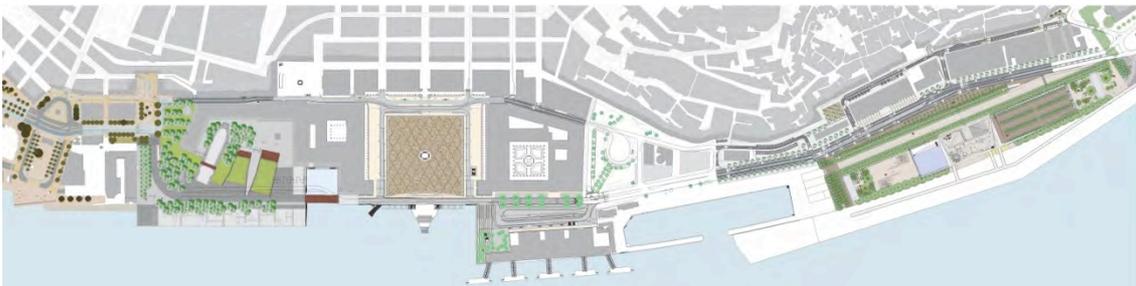
Foram já realizadas algumas demolições com base no Documento Estratégico no âmbito da organização da Volvo Ocean Race, que decorreu entre 31 de Maio e 10 de Junho passado.

Figura 10. Volvo Ocean Race



## **Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina. A ligação histórica patrimonial de Lisboa ao Rio**

Figura 11. Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina



Os objetivos e as principais linhas de actuação para a requalificação e a reabilitação urbana da frente ribeirinha de Lisboa para a Baixa Pombalina constam do documento estratégico Frente Tejo, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2008, de 15 de Maio.

O corredor ribeirinho integrado na área de intervenção está compreendido entre o Cais do Sodré e Santa Apolónia, sendo delimitado a sul pelo Rio Tejo e a norte pelos tecidos

edificados e consolidados da zona central de Lisboa. Este corredor é marcado pela presença de três praças (Cais do Sodré, Terreiro do Paço e Campo das Cebolas) e por uma área nuclear de projecto constituída pela frente do rio a sul do edifício do Arsenal.

De uma forma genérica, os objectivos estabelecidos para a requalificação do espaço público nesta área passam por uma intervenção de referência na Praça do Comércio, Campo das Cebolas, Cais do Sodré e Ribeira das Naus, a criação de novas condições de mobilidade rodoviária e a definição de percursos pedonais e cicláveis. É ainda prevista a intervenção na Doca da Marinha e no edificado da Praça do Comércio.

Integra-se igualmente na intervenção nesta área histórica, o projecto para construção do novo terminal de cruzeiros de Lisboa na faixa ribeirinha compreendida entre a Doca da Marinha e Santa Apolónia.

### *Praça do Comércio*

Figura 12. Praça do Comércio



O projeto de espaço público da Praça do Comércio, da autoria da Bruno Soares Arquitectos, pretendeu preservar a sua integridade morfológica valorizando o carácter monumental de uma das maiores praças da Europa abertas ao rio. Surgiu assim um espaço de uso predominantemente pedonal, com uma vivência potenciada pela diversificação de usos instalados nas alas nascente e poente da praça. O espaço foi projetado tendo em consideração e sua articulação e complementaridade com as áreas urbanas envolventes, sem esquecer o contacto privilegiado com o rio Tejo.

A implantação do projecto da Praça do Comércio foi concluída em Junho de 2012.

## *Ribeira das Naus*

Figura 13. Proposta do Jardim da Ribeira das Naus



O projeto da Ribeira das Naus teve como premissa, estabelecida no documento estratégico Frente Tejo, a recuperação e reinterpretação do espaço concebendo-o como área unificada de fruição pública por eliminação da barreira que delimita os edifícios afectos à Marinha.

O projecto desenvolvido pela Global Arquitectura Paisagista, Lda. e pela PROAP, Estudos e Projectos de Arquitectura Paisagista, Lda., deve ser lido em complementaridade com a Praça do Comércio. Enquanto um é um espaço monumental, o outro será um novo jardim com uma multiplicidade de valências e funções, sem esquecer a relação do espaço com o património histórico (revelação da Doca da Marinha e suas estruturas de contenção) e com o Tejo (definição de zonas de estadia de contacto directo com o rio).

A implementação do projeto da Ribeira das Naus iniciou-se em Janeiro de 2012.

## *Cais do Sodré/Corpo Santo*

Os objectivos estabelecidos para o Cais do Sodré/Corpo Santo no documento estratégico Frente Tejo visam fundamentalmente o enquadramento e articulação dos espaços existentes nesta área: praça do Cais do Sodré (incluindo o Jardim Roque Gameiro); polo das Agências Europeias; Estação do Cais do Sodré e terminal fluvial; praça do Corpo Santo; Ribeira das Naus; e área urbana a norte, nomeadamente o Chiado.

O estudo prévio para esta área, da autoria da Bruno Soares Arquitectos, define uma lógica de articulação entre os espaços públicos referidos, promovendo a sua relação com a malha urbana consolidada e com o Tejo, contrariando a sua descaracterização e optimizando as condições de circulação pedonal nesta área da cidade.

## *Campo das Cebolas/Doca da Marinha*

O projecto a desenvolver no Campo das Cebolas/Doca da Marinha deverá, de acordo com os objectivos que constam do documento estratégico Frente Tejo, considerar a articulação desta área da cidade em complemento com a envolvente, nomeadamente o tecido consolidado da Sé e de Alfama e o novo terminal de cruzeiros de Lisboa. De forma particular, deverão ser criadas condições no espaço afecto à Doca da Marinha para a estadia de embarcações emblemáticas e conceber a construção de um equipamento cultural nesta área.

## *Terreiro do Trigo/Santa Apolónia*

A intervenção no espaço público da área compreendida entre o Terreiro do Trigo e Santa Apolónia, da responsabilidade da Bruno Soares Arquitectos, reconhece o potencial da zona nos circuitos turísticos da cidade e a importância de revitalizar este troço histórico da cidade. A proposta baseia-se na articulação dos diferentes espaços públicos existentes através da sua requalificação, do reforço da sua relação com Alfama e do novo desenho de áreas de circulação pedonal e viária.

## *Terminal de Cruzeiros de Lisboa*

Figura 14. Proposta Terminal de Cruzeiros



O crescimento da actividade de cruzeiros na cidade, a par da evolução da capacidade dos navios, exigiu uma avaliação das infraestruturas existentes e a definição de um novo enquadramento desta actividade no contexto da cidade de Lisboa, tornando evidente a necessidade de dotar o porto e a cidade de um novo terminal de cruzeiros que responda às atuais exigências de conforto e funcionalidade.

No enquadramento da colaboração institucional entre APL e CML, foi lançado em Março de 2010 o Concurso Público de Concepção para a Elaboração do Projecto do Terminal de Cruzeiros de Lisboa, que prevê a instalação do novo terminal no espaço ribeirinho entre a Doca da Marinha, a estação ferroviária de Santa Apolónia e a Av. Infante D. Henrique.

A deslocação e concentração do Terminal de Cruzeiros de Alcântara para a zona de Santa Apolónia, cria uma série de oportunidades para a renovação e re-funcionalização de um espaço nobre da frente ribeirinha de Lisboa, potenciada pelas operações de valorização urbana em curso e previstas na Baixa Pombalina.

O projeto vencedor do concurso é da autoria do Arq. Carrilho da Graça e da Global Arquitetura Paisagista, Lda. A proposta consiste num edifício volumetricamente compacto, permitindo a libertação do espaço envolvente para a criação de um boulevard ribeirinho que potencia a relação da população da cidade e dos que a visitam com o Rio Tejo e os bairros históricos de Alfama, Mouraria, Castelo e Baixa Pombalina. A multifuncionalidade do espaço público traduz-se na diversidade tipológica dos espaços criados,

nomeadamente: Praça do Jardim do Tabaco de enquadramento ao edifício da Alfândega de Lisboa; plano de água, evocando a antiga Doca do Jardim do Tabaco; Jardins Nordeste e Sudeste. Está ainda prevista a continuidade do percurso ciclável existente a poente, bem como a ligação ao circuito proposto para a margem oriental até ao Parque das Nações.

A construção do novo terminal de cruzeiros integra-se na quarta e última fase do processo de intervenção na área ribeirinha entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco. Estando concluídas a primeira e segunda fases de reabilitação e reforço dos cais entre Santa Apolónia e o Jardim do Tabaco, seguir-se-á a reabilitação do molhe montante e o prolongamento dos cais com novo alinhamento.

## **Bibliografia**

APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A., Ordem dos Arquitectos – Secção Regional do Sul (2010) “Concurso Público de Conção para a Elaboração do Projecto do Terminal de Cruzeiros de Lisboa”, Programa Preliminar

Bruno Soares Arquitectos (2009) “Estudo Prévio do Terreiro do Paço/Praça do Comércio”, Memória Descritiva

Bruno Soares Arquitectos (2010) “Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina Zona Nascente (Cais de Santarém/Terreiro do Trigo/Jardim do Tabaco Santa Apolónia/Avenida Infante Dom Henrique)”, Memória Descritiva, Projeto Base de Espaço Público

Bruno Soares Arquitectos (2009) “Zona Poente da Área de Intervenção da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina (Cais do Sodré/Corpo Santo/Agências/Rua do Arsenal), Memória Descritiva, Estudo Prévio”

Câmara Municipal de Lisboa (2011) “Documento Estratégico Parque Ribeirinho Oriente”, Memória Descritiva/Proposta de Implantação

Câmara Municipal de Lisboa (2008) “Plano Geral de Intervenções da Frente Ribeirinha de Lisboa – Documento de Enquadramento”

Câmara Municipal de Lisboa, APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A. (2011) “Documento Estratégico Cais de Santos”, Memória Descritiva/Proposta de Implantação

Câmara Municipal de Lisboa, APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A. (2011) “Documento Estratégico Doca de Pedrouços”, Memória Descritiva/Proposta de Implantação

Global Arquitetura Paisagista, Lda., PROAP, Estudos e Projectos de Arquitetura Paisagista, Lda. (2009) “Elaboração do Projeto de Execução do Espaço Público da Ribeira das Naus na Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina”, Memória Descritiva - Estimativa Orçamental, Estudo Prévio

jlcg arquitetos, Lda. (2011) “Terminal de Cruzeiros de Lisboa - Jardim do Tabaco - Projecto Base”, Memória Descritiva e Justificativa de Arquitetura/Quadro de Áreas

Protocolo de Intenções entre o Estado Português e o Município de Lisboa relativo à Frente Ribeirinha de Lisboa (2008)

Resolução do Conselho de Ministros nº 78/2008, Diário da República, 1ª Série, nº 94, 15 de Maio de 2008